

**OLHA MINHA FOTO, TIA!? REGISTROS DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO  
BÁSICA SOBRE DIREITOS HUMANOS.**

Ana Beatriz Carneiro Forte\*

**RESUMO:** Este trabalho decorre de uma intervenção pedagógica realizada em uma escola pública periférica da cidade de Fortaleza-CE e teve como pano de fundo a violência urbana, presente no local de moradia dos interlocutores e a pandemia do Coronavírus, que impactou na saúde, mas também nos processos de ensino e aprendizagem de estudantes da educação básica. O exposto visa analisar uma intervenção pedagógica que utiliza a prática fotográfica pra discutir Direitos Humanos, como tema transversal, nas aulas de Sociologia. Ademais procura-se avaliar como a escola pode trabalhar a Educação em Direitos Humanos (EDH) e o quanto a disciplina de Sociologia é relevante nesse processo educacional. A abordagem metodológica foi baseada em Souza Martins (2002), com a ideia de imaginação fotográfica, análoga à imaginação sociológica de Wright Mills, entendendo que as imagens capturadas pelo fotógrafo revelam como este se enxerga no mundo social, e Benjamin (1987), entendendo que as fotografias são narrativas dos objetos ilustrados, aproximando o observador do caminho a ser seguido para se chegarem à imagem. Como resultado encontramos a persistência em associar os direitos humanos à segurança pública ou à ausência de direitos, mas debater sobre os mesmos gerou imagens que ampliam a reflexão para além dessas problemáticas.

**Palavras-chave:** Educação em Direitos Humanos; Ensino de Sociologia; Fotografia

130

**ABSTRACT:** This work is the result of a pedagogical intervention carried out in a public school on the outskirts of the city of Fortaleza-CE and had urban violence as a backdrop, present in the interlocutors' place of residence and the Coronavirus pandemic, which impacted on health, but also teaching and learning processes of basic education students. The above aims to analyze a pedagogical intervention that uses photographic practice to discuss Human Rights, as a transversal theme, in sociology classes. Furthermore, it seeks to assess how the school can work Education in Human Rights (HDE) and how relevant the discipline of Sociology is in this educational process. The methodological approach was based on Souza Martins (2002), with the idea of photographic imagination, analogous to Wright Mills' sociological imagination, understanding that the images captured by the photographer reveal how he sees himself in the social world, and Benjamin (1987), understanding that the photographs are narratives of the illustrated objects, bringing the viewer closer to the path to be followed to reach the image. As a result, we find the persistence in associating human rights with public safety or the absence of rights, but debating them generated images that expand the reflection beyond these issues.

**Key Word:** Human rights education; Sociology education; photography

\* Cientista Social com Especialização em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal do Ceará, Prof<sup>a</sup> de Sociologia da educação básica. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos em Política, Educação e Cidade (LEPEC). Aluna do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional.  
Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 27, 1º sem. 2021, p. 130-145

## Introdução

Este trabalho é fruto de aulas de Sociologia no Ensino Médio que envolveram discussões sobre Direitos Humanos. Trata-se da análise de uma atividade pedagógica desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Profissionalizante Professor César Campelo, entre os meses de agosto e outubro do ano de 2020, que procurou levar os alunos e alunas das turmas de 2º e 3º ano a refletir como os Direitos Humanos se apresentam em seu cotidiano. A referida prática pedagógica contou com o recurso de imagens produzidas pelos interlocutores que mostraram como os direitos humanos são percebidos em seu dia a dia. Essas percepções tiveram como pano de fundo a violência urbana, que permeia o local de moradia desses estudantes, e as desigualdade sociais aprofundadas durante a pandemia gerada pelo Coronavírus (COVID-19).

Como professora da educação básica e sabendo a origem de muitos de meus alunos e alunas, sei da sua situação de vulnerabilidade social e prejuízo educacional. A escola encontra-se na periferia de Fortaleza e seu público vem principalmente dessas regiões marcadas pela violência e ausência de direitos. São regiões de constante alvo de estigmas dos programas de televisão que mostram crimes violentos e veiculam, por meio do discurso de seus apresentadores, uma ideia sobre Direitos Humanos que permeia o senso comum indicando que esses direitos são impeditivos às ações da polícia para proteção da comunidade.

Além da violência na região de moradia, os interlocutores também são privados de vários direitos. O relatório da Unicef intitulado “Enfrentamento da cultura do fracasso escolar”, produzido neste ano, indica que “[a] situação sem precedentes trazida pela pandemia da Covid-19 aprofundou ainda mais as desigualdades e explicitou as limitações para o seu enfrentamento.” (2021, p. 53). Com isso, podemos entender que os contextos de desigualdade foram escancarados pela pandemia e que por essa razão muitos estudantes foram prejudicados no processo de aprendizagem, não tendo a garantia do direito à educação.

Perante o exposto este trabalho visa como objetivo geral analisar a realização de uma atividade pedagógica que utiliza a fotografia pra discutir Direitos Humanos, como tema transversal, nas aulas de Sociologia. Ademais, como objetivos específicos, procura-se avaliar como a escola pode trabalhar a Educação em Direitos Humanos (EDH) e o quanto a disciplina de Sociologia é relevante nesse processo educacional.

Para obter os objetivos indicados no trabalho foi elaborada uma proposta didático-pedagógica que se caracterizou como metodologia para a pesquisa sobre a visão dos jovens em

relação aos Direitos Humanos. Assim se configurou a construção de uma pesquisa-ação, que segundo David Tripp (2005), é uma estratégia de professores e pesquisadores que utilizam pesquisas para aprimorar seu ensino e a aprendizagem dos alunos. Percebi que, por intermédio da fotografia, os estudantes da educação básica poderiam mostrar suas percepções sobre como os Direitos Humanos se apresentavam em seu cotidiano. Além disso, o uso do recurso fotográfico parecia ser atrativo principalmente àqueles que fazem uso das redes sociais.

A abordagem metodológica voltada para o uso de fotografias foi baseada em José de Souza Martins (2002), com a ideia imaginação fotográfica, análoga à imaginação sociológica proposta por Wright Mills, entendendo que as imagens capturadas pelo fotógrafo revelam como este se enxerga no mundo social, e Walter Benjamin (1987), entendendo que as fotografias são narrativas dos objetos ilustrados e as legendas são uma forma do fotógrafo guiar o olhar daqueles que observam as imagens, aproximando estes do caminho a ser seguido para se chegarem à imagem.

O texto também apresenta reflexões de José Augusto Lindgren Alves (2012), sobre o recorrente desconhecimento da população em relação à DUDH, que teria como decorrência a ideia de que direitos humanos servem para atrapalhar e não servir à população. Na visão de Sergio Adorno (2018), a compreensão do que são os direitos humanos está ligada à questão da segurança pública e dá indícios de que a gênese do equívoco, aqui no Brasil, pode ser herança do regime ditatorial, fazendo parecer que haveria a defesa do bandido em detrimento do “cidadão de bem”. Como quem busca reverter tal forma de pensamento, Maria Vitória Benevides (2000) entende que a Educação em Direitos Humanos é propícia à formação de uma cultura que respeita a dignidade humana, por isso seriam necessárias para enfrentar marcas de anos de história da violação desse grupo de direitos.

Educar em Direitos Humanos é minimamente mostrar os traços históricos que levaram à criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e, a partir dela, os tratados, as legislações, diretrizes e políticas públicas decorrentes. Mostrar os traços históricos significa entender que o ser humano precisa ter sua dignidade respeitada e que devemos prezar pelo seu reconhecimento, independente das posições ideológicas, origem ou qualquer outra forma de identificação dos seres humanos.

Torna-se, então, relevante, por meio das aulas de Sociologia na educação básica, compreender a visão dos jovens sobre os Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, intervir, tendo

em vista que há uma recorrência de equívocos que giram em torno dos direitos humanos devido à falta de conhecimento sobre o assunto.

Diante disso, o trabalho está organizado em quatro tópicos. “O lugar e as condições da pesquisa” é o tópico onde são mostrados dados do contexto social dos interlocutores e da pandemia do Covid-19. O tópico “Educação em Direitos Humanos e ensino de Sociologia” apresenta como a disciplina Sociologia pode ser aliada da EDH. No tópico denominado “Fotografia e Direitos Humanos” encontramos algumas imagens usadas pelos interlocutores para relacionar os direitos humanos ao seu cotidiano. O tópico final aponta como resultado a persistência dos estudantes em associar os direitos humanos à segurança pública ou a ausência desse grupo de direitos, mas também observamos que debater sobre esses direitos no cotidiano gerou imagens feitas pelos interlocutores que ampliam a reflexão para além da violência e ausência de direitos.

### **1. O lugar e as condições da pesquisa**

A realização da atividade pedagógica que deu origem a este texto aconteceu entre os meses de agosto e outubro do ano de 2020, momento em que a escola estava esvaziada devido à pandemia do Covid-19, e as aulas eram realizadas remotamente, tal situação causou impacto na produção das atividades dos estudantes, por isso cabe aqui relatar o contexto da pandemia.

Segundo o Boletim Epidemiológico, divulgado pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, no dia 27 de fevereiro de 2020, o primeiro caso de COVID-19 foi confirmado na cidade de Sobral e em menos de 30 dias aconteceu o primeiro óbito por Covid-19 em Fortaleza. No dia 16 de março foi decretada situação de emergência pública em saúde no Estado do Ceará. Inicialmente os maiores números de casos foram confirmados nos bairros onde residem as classes mais abastadas da cidade (Meireles, Aldeota, Cocó e Bairro de Fátima), mas logo a situação mudou e os piores índices de casos migraram para os bairros periféricos. Em maio de 2020, um dos meses de pico da pandemia, o bairro onde está situada a escola, Conjunto Ceará, chegou a registrar entre 21 e 30 óbitos e nos bairros vizinhos, local de moradia de muitos estudantes da escola, os registros foram mais altos (entre 34 e 54 óbitos), com destaque para o bairro Granja Lisboa onde houveram 66 óbitos por COVID-19 registrados no mesmo período. A pandemia aprofundou desigualdades e se apresentou constante na vida de nossos estudantes,

que informaram a situação de saúde ou óbito de familiares. Essas marcas de desigualdade são claras se analisamos dados do Conjunto Ceará e seu entorno.

Diferente dos bairros vizinhos, é preciso ter em vista que o bairro Conjunto Ceará foi planejado, sua infraestrutura é pensada, contemplando diversas obras complementares - sistema de abastecimento de água e esgoto, fornecimento de energia elétrica e pavimentação, transporte, comunicação, educação e cultura. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Conjunto Ceará é 0,36, superior ao de seus vizinhos que apresentam IDH com maior proximidade de 0 (Genibaú 0,14; Granja Lisboa 0,17; Autran Nunes 0,18; Granja Portugal 0,19; Bom Jardim 0,19). É importante colocar em evidência que, apesar do IDH do Conjunto Ceará ser melhor do que seus vizinhos, este indicador recebe classificação média, já os bairros vizinhos se enquadram na classificação de IDH muito baixo.

Quando se fala em mortes violentas, os bairros de entorno do Conjunto Ceará se apresentam na lista dos 20 primeiros com alta taxa de homicídios na cidade de Fortaleza, com destaque para o bairro Bom Jardim, que ocupa o topo do ranking. Pode-se afirmar que a maior ocorrência dessas mortes se dá na região chamada Grande Bom Jardim que envolve os bairros Bom Jardim, Granja Lisboa e Granja Portugal.

Nesses casos de morte, 90% das vítimas de homicídio são homens com idade entre 14 e 29 anos, com baixa escolaridade (no máximo, ensino fundamental), motivados pelo ajuste de contas ou por fazer justiça com as próprias mãos, mostrando uma tendência de altos índices desses crimes, devido a grande quantidade de inquéritos instaurados e não elucidados, o que gera impunidade e mais crimes por vingança, além de milícias e grupos de extermínio.

Essas observações são importantes no sentido de entender a similaridade do perfil das vítimas com o perfil dos alunos da EEEP Professor César Campelo e a vulnerabilidade dos alunos que são moradores do Conjunto Ceará e seu entorno.

## **2. Educação em Direitos Humanos e Ensino de Sociologia**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é fruto de uma série de lutas e conquistas em âmbito internacional (Bill of Rights das Revoluções Inglesas (1640 e 1688-89); a Declaração de Virgínia (1776) no processo da independência das 13 colônias frente à sua metrópole inglesa, do qual surgiram os Estados Unidos como nação; a Declaração do Homem

e do Cidadão (1791), no âmbito da Revolução Francesa) que geraram direitos políticos e civis baseados nos princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Apesar do Brasil fazer parte da Assembleia Geral que adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU em sua Resolução de 10 de dezembro de 1948, o processo histórico do país acaba apontando para situações de violação dos Direitos Humanos com a implantação de ditaduras militares na América Latina (1960-1980).

O processo de retomada da democracia no Brasil, que gerou a Constituição Federal de 1988, abriu espaço para a elaboração de uma educação baseada nos Direitos Humanos. Nos anos 1990, as primeiras versões do Programa Nacional de Direitos Humanos foram apresentadas ao país, mas foi apenas em 2003 que o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) surgiu e a partir daí foi revisado e aprimorado.

O PNEDH apresenta dimensões que tentam garantir de maneira formal que os Direitos Humanos estejam presentes na educação básica, mas a EDH vai além dessa garantia e, segundo Maria Vitória Benevides (2000), preza pela formação de uma cultura que respeita a dignidade humana e, no caso do Brasil, seriam mudanças culturais drásticas para enfrentar anos de história marcados por casos de corrupção, descaso e violência contra pobres e minorias sociais, práticas religiosas onde a caridade é superior à justiça, o sistema patriarcal, racismo, dentro outros problemas (BENEVIDES, 2000).

Mesmo presente em documentos legais e existindo na constituição, “[a] educação voltada para os direitos humanos ainda não faz parte da prática nem do currículo da escola como deveria” (FERNANDES; PALUDETO, 2010). A partir das minhas experiências como professora, desde a graduação, percebo que os Direitos Humanos são considerados um tema importante, mas ainda é algo distante do processo de formação docente e, conseqüentemente, este tema é pouco trabalhado ou visto apenas de forma transversal em outros conteúdos.

Tendo em vista as Orientações Curriculares Nacionais (OCN) de 2006, os Direitos Humanos aparecem como um dos temas a serem trabalhados no ensino médio ao lado de outros como a questão racial, preconceito, violência, religiosidade, gênero e etc, dentro dos pressupostos metodológicos indicados pelas OCN e que dão corpo aos livros didáticos. Tais observações mostram a disciplina Sociologia como uma aliada às EDH, contudo, de modo geral, o material didático traz o mínimo, ou seja, pelo menos o resgate histórico do processo de construção da DUDH. A abertura transversal para desenvolver o tema Direitos Humanos é

apresentada em muitos capítulos, mas essa mesma abertura também gera o risco da negligência e esquecimento do assunto de forma mais específica, fazendo a transversalidade parecer uma faca de dois gumes.

### 3. Fotografia e Direitos Humanos

A expressão ora enfática, ora sugestiva, “Olha minha foto, tia!?”, não é apenas uma amostra do desejo desses jovens de realizar a atividade para conseguir aprovação na disciplina de Sociologia, mas também um indício do interesse dos estudantes em expor sua narrativa visual, marcado por desigualdades sociais, violência e outras problemáticas tematizadas pela Sociologia Urbana que se relacionam aos Direitos Humanos de forma transversal.

Não cabe aqui tratar a respeito da qualidade técnica das imagens, tendo em vista que não foi garantido aos autores e autoras um curso para tal qualificação, porém, os materiais obtidos são importantes na medida em que revelam uma pequena parte da vida desses interlocutores e suas perspectivas sobre os Direitos Humanos.

Produzir uma foto é uma forma de treinar o olhar para uma perspectiva mais sociológica, por isso, ao se utilizar da atividade de produção fotográfica, para fazer com que os estudantes pensassem em uma narrativa do cotidiano sobre Direitos Humanos, seria uma maneira de refletir sobre direitos naquilo que se apresenta como rotina e, como diria José de Souza Martins (2002), compor a imaginação fotográfica, em analogia à imaginação sociológica proposta por Wright Mills. Através do exercício de imaginação fotográfica, os estudantes mostram suas perspectivas sobre o próprio local de moradia e como eles se veem enquanto parte daquilo que foi capturado para compor a narrativa visual, sob a luz de artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) estudados por meio dos conteúdos de Sociologia, a saber, desigualdades sociais e problemáticas que perpassam as discussões sobre espaço urbano.

Como disse Walter Benjamin sobre as transformações que o mundo moderno provocou na fotografia: “[c]omo o olho apreende mais depressa do que a mão desenha, o processo de reprodução da imagem experimentou tal aceleração que começou a situar-se no mesmo nível que a palavra oral” (1987, p.167). Por isso, as imagens analisadas nesta pesquisa ganham dimensão de narrativa visual, entendendo que a narrativa tem um teor de memória, de fazer registros, de relatar, seja de forma oral, escrita ou imagética, a narrativa revela uma identidade e mostra um ponto de vista. Desta forma, fazer uso da imagem para contar uma história.

O recurso da fotografia foi pensado como meio para levar os alunos à reflexão do cotidiano, mas antes do registro de imagens os estudantes receberam uma série de leituras, como uma cópia da DUDH e indicações de capítulos do livro didático, vídeo no *youtube*, formulário com atividades avaliativas e encontros online para debater o tema e tirar dúvidas sobre os assuntos tratados.

O ponto de partida para a abordagem dos Direitos Humanos de forma transversal foram dois capítulos do livro de sociologia adotado pela escola (*Sociologia em Movimento*). Aos estudantes das turmas de 2º ano as discussões giraram em torno do Capítulo 10 do livro sobre os temas: “Conceitos de Desigualdade Social, estruturas sociais, estratificação e mobilidade social”, “Formas de estratificação na visão de Weber e Marx” e “Desigualdade e Pobreza, gênero, raça”, por fim os alunos tiveram mais um tema, “Distribuição de riqueza”. Já às turmas de 3º ano foi direcionada a leitura do Capítulo 13 do livro com os tópicos “Desenvolvimento urbano, Escola de Chicago e Nova Sociologia Urbana”, “Violência e privatização do espaço público”, por fim os alunos tiveram mais um tema, “Administração das Cidades e o Mercado”. Superada a fase de discussão teórica do assunto, leituras, reflexões e encontros com a professora, às turmas de 2º e 3º foi encaminhado o formulário com a atividade final de fotografia, que não se limitou à uma mera produção de imagem, mas sim de narrativas com título, legenda e coerência com o assunto abordado em sala de aula.

Ao me debruçar sobre as imagens e as narrativas produzidas pelos estudantes, pude perceber que o material, de modo recorrente, apresenta aspectos de denúncias (reclamações ou relatos de indignação) ou Efetivação dos Direitos (gozo, conquista ou desfrute dos direitos). A quantidade de imagens que apresentam reclamações é maior do que as imagens que representam o desfrute dos direitos. Essa diferença revela uma percepção a respeito dos Direitos Humanos muito associada à violência, à ausência de direitos, à descrença de que de fato eles existem ou que servem à população, como observado por José Augusto Lindgren Alves ao escrever o texto “Salvem os Direitos Humanos”, quando o autor mostra que a população desconhece a Declaração de 1948 e, por isso, permeia no senso comum a ideia de direitos humanos servindo muito mais para atrapalhar do que para servir à população. É uma reflexão coerente com o demonstrativo das fotos e imagens apresentadas neste trabalho, tendo em vista que na maioria do material coletado os direitos humanos são retratados como denúncia. É também importante considerar que a maioria desses jovens estão inseridos em contexto de vulnerabilidade social.



Na atividade, há reincidência de imagens de logradouros, principalmente ruas e avenidas mostrando várias residências; algumas imagens são apresentadas, no mesmo sentido, mostrando apenas o asfalto, o calçamento ou a calçada; outras apenas os telhados e/ou muros com inscrições que podem ser desenhos ou palavras; bens materiais. A repetição dos elementos retratados e a localização de registro das imagens mostram que os alunos não se distanciaram de seus locais de moradia. Lembremos que os temas abordados nas aulas de Sociologia (a saber, Desigualdades Sociais e Espaço Urbano) e os efeitos do Coronavírus podem ser os motivos pelos quais muitas fotografias foram produzidas de dentro ou próximo ao local de moradia.

Muitos alunos entraram em contato comigo (professora) para pedir orientação. Ao receber as perguntas percebi que a maioria daqueles que realizariam a tarefa não iriam muito distante de casa, como pode ser observado no diálogo registrado: *“Professora, eu realmente tenho que sair de casa para tirar a foto? Não pode tirar tipo pelo Google Maps? Não está dando para eu sair de casa ultimamente e eu não me sinto segura”*. Essa aluna informou que fazia parte do grupo considerado de risco caso tivesse contato com a Covid-19, por ter problemas com asma. Ao orientar essa aluna e outros, informei que a foto deveria ser original, que o cotidiano e as coisas que lhe rodeavam poderiam servir como alvo de suas narrativas visuais, e dentro dessas narrativas um dos artigos da DUDH deveria ser abordado aliado ao tema discutido nas aulas. Vejamos a abordagem dos temas na seguinte tabela.

Tabela 1 - Classificação das fotografias

Assunto	Denúncia	Efetivação dos direitos	Total
Acessibilidade	2	0	2
Alimentação	2	0	2
Classe social	11	3	14
Cultura de paz	0	1	1
Desigualdade/ segregação econômica e socioespacial	17	1	18
Educação	3	0	3
Infraestrutura	24	1	25
Lazer	6	15	21
Liberdade	2	3	5
Meio ambiente	2	1	3
Moradia	17	17	34
Preconceito, Discriminação, Gênero, Raça e Etnia	7	1	8
Qualidade de vida	1	7	8
Religião	0	4	4
Saúde	7	0	7
Trabalho	3	3	6

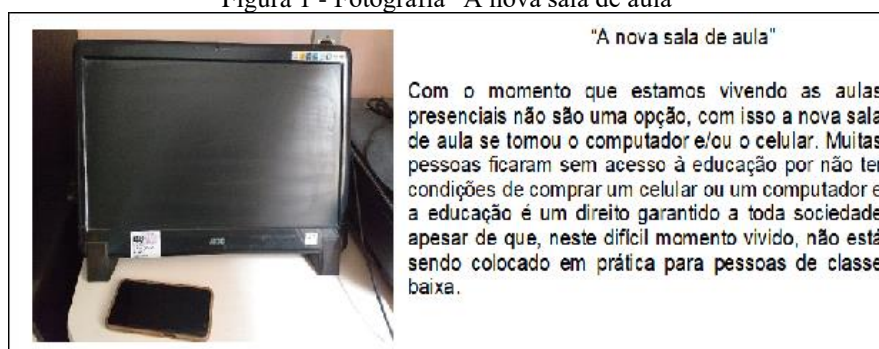
Violência	30	3	33
<b>Total</b>	<b>134</b>	<b>60</b>	<b>194</b>

Fonte: elaborada pela autora.

A tabela é apenas uma explicitação do assunto aparentemente predominante abordado pelos interlocutores. Por meio dela podemos confirmar que a “violência” é o que mais se repete quando se trata da representação de denúncias, contudo, “classe social”, “desigualdade/segregação econômica e socioespacial”, “moradia” e “infraestrutura” aparecem de forma expressiva diante de temas que elucidaram as imagens.

A aluna que comentou sobre a insegurança de sair de casa devido à pandemia apresentou a imagem de título “A nova sala de aula” (Figura 1), com a seguinte descrição:

Figura 1 - Fotografia “A nova sala de aula”



Fonte: Intervenção pedagógica com a turma do 2ºano de 2020.

A imagem e o texto aliados são recursos muito importantes para o entendimento da atividade aqui realizada. Neste caso, a aluna apresentou dois bens materiais (celular e computador) para realizar uma denúncia, destacando uma preocupação em relação ao acesso à educação e como a situação de pandemia acabou evidenciando essa desigualdade. A estudante escolheu o artigo 26º da DUDH, que em resumo, aborda o direito à educação, incluindo o ensino primário gratuito.

O diálogo nas aulas e a solicitação da atividade mostram que não houve uma limitação para se falar apenas sobre a violência. Abordar a Declaração Universal dos Direitos Humanos dentro das discussões sobre desigualdades sociais possibilitou a esta aluna e outros colegas uma percepção ampliada da DUDH. Contudo, por mais que tenham sido apresentados diferentes artigos da Declaração de 1948, a violência urbana foi um dos principais motores para a produção das imagens, seja de modo direto, retratando e falando do assunto, ou nas entrelinhas de suas narrativas. Vejamos a Figura 2 – “Dandara”.

Figura 2 - Imagem da internet “Dandara”



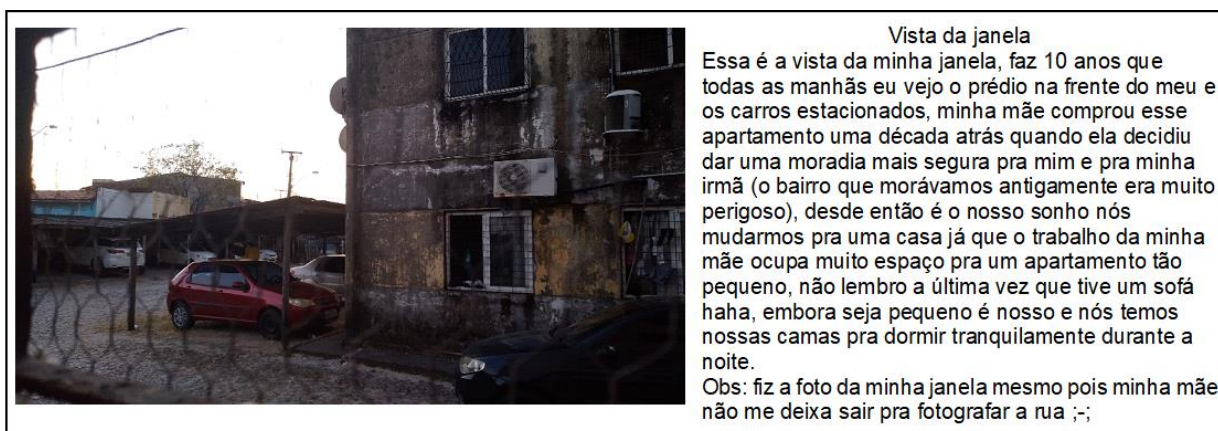
Fonte: Intervenção pedagógica com a turma do 2ºano de 2020.

A descrição do aluno mostra a motivação que o levou a buscar a internet como um meio para fazer a atividade. Seu relato fala do preconceito sofrido por Dandara, travesti assassinada nas ruas do Bom Jardim, mas também enfatiza a violência que é corriqueira na região. O aluno chama à atenção para o artigo 2º da DUDH que fala da não-discriminação, sua reflexão sobre a violência sofrida por Dandara deixa claro que o medo de sair de casa não está relacionado apenas à violência urbana, que impossibilitou o jovem de fotografar, mas também à violência produzida pela discriminação. O exposto é um exemplo dos motivos pelos quais alguns interlocutores não são autores das imagens, é um exemplo também de como a violência urbana afetou o desenrolar da atividade e se tornou assunto recorrentemente retratado.

Passemos agora a discussão sobre as imagens que retratam a Efetivação dos direitos, nestas imagens o assunto “moradia” também merece atenção, pois ganhou grande volume de representação nas duas categorias, "Denúncias" e “Efetivação dos direitos”, e num somatório geral é mais retratado do que a “violência”. É importante explicar que discussões sobre moradia são objetos de estudo abordados pela Sociologia no espaço urbano, assunto estudado pelas turmas de 3º ano, mas foi recorrente também nas turmas de 2º ano.

Seja por denúncia ou efetivação dos direitos a clara recorrência do tema pode ser uma consequência não só dos conteúdos que nortearam a atividade, mas também pela permanência no local de moradia e reflexão de cada estudante sobre aquilo que está bem próximo e diante de seus olhos. Vejamos a imagem “Vista da janela”:

Figura 3 - Fotografia “Vista da janela”

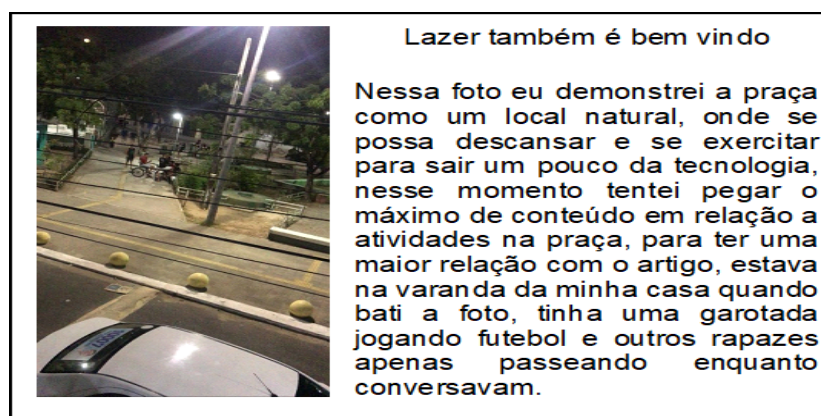


Fonte: Intervenção pedagógica com a turma do 2º ano de 2020.

A autora da foto toma por base o artigo 25º da DUDH, que de forma resumida, trata do direito a um padrão de vida adequado, à sua saúde e bem-estar. Essa imagem é um exemplo também do artigo mais abordado da atividade (foi associado a 46 imagens) e está ligado aos direitos econômicos que prezam inclusive pela moradia, propriedade e padrão de vida. A discussão da Figura 3 gira em torno da importância do direito à moradia e que, apesar do espaço ser considerado pequeno pela fotógrafa, ainda assim dá-se muita importância ao fato da família ser proprietária do imóvel. No final da descrição há destaque para condições de produção fotográfica, onde a aluna é impedida pela mãe de sair de casa. De forma privilegiada como professora que pesquisa a própria realidade, me utilizando de conversas orientadoras com a aluna para o desenvolvimento da atividade, entendo que o impedimento da mãe se deu pelo contexto da pandemia.

Assim como a imagem da Figura 3, muitas outras fotos são produzidas das janelas ou de uma perspectiva que se entende que o fotógrafo está olhando de dentro de casa para o que acontece do lado de fora. Em algumas dessas imagens encontramos atividades e espaços representativos de “lazer”, outra discussão recorrente na efetivação dos direitos. É o caso da Figura 4 – Fotografia “Lazer também é bem vindo”:

Figura 4 - Fotografia “Lazer também é bem vindo”



Fonte: Intervenção pedagógica com a turma do 2º ano de 2020.

Diante de tantas imagens denunciativas também é preciso dar destaque ao que se põe como efetivação dos direitos e nessa especificação temos o assunto “lazer”. Como diz o próprio título da Figura 4 - “Lazer também é bem vindo”, o autor reflete sobre a importância de momentos de descanso, prática de esporte, interação social e espaços, como praças, destinados a atividades recreativas. O artigo 24º da DUDH, que fala de direito ao descanso e ao lazer, é o segundo mais recorrente entre os que foram citados na atividade, figurando entre um dos principais retratos da efetivação dos direitos, foi o artigo relacionado à imagem da Figura 4.

142

### **Conclusão**

As experiências apresentadas neste trabalho mostraram a visão privilegiada de uma professora que pesquisa o próprio espaço de trabalho, facilitando o entendimento das narrativas visuais de jovens da educação básica sobre os direitos humanos. Também foi possível perceber que o uso da fotografia, como objeto de investigação sociológica, mostrou como os jovens pensam os direitos humanos e viabilizou o desenvolvimento da imaginação sociológica.

Outro achado desta pesquisa é que trabalhar direitos humanos de forma transversal pode ser uma “faca de dois gumes”, pois no livro didático há vários espaços para tratar os direitos humanos em diferentes capítulos de modo transversal, mas a transversalidade pode fazer com que o tema seja mal abordado ou acabe ganhando pouca ênfase ou, até mesmo, não seja discutido e, conseqüentemente, esquecido.

Também vimos que as narrativas visuais geradas pelos estudantes, durante a execução da atividade avaliativa de Sociologia, revelaram o perfil de estudantes de uma escola localizada na periferia de Fortaleza, mas também apresentaram o perfil socioeconômico da região e a Pandemia de Covid-19 ocupou o contexto da pesquisa, pois agravou as desigualdades sociais sofridas pelos estudantes e se mostrou como um obstáculo a ser vencido para a finalização da tarefa. A violência urbana, recorrente na periferia de Fortaleza, região de moradia dos estudantes, piorou ainda mais as dificuldades geradas pelas desigualdades sociais, e se tornou também tema de algumas narrativas visuais.

Por fim encontramos que, ao falar de direitos humanos, os estudantes têm uma visão muito negativa, ligada à ausência de direitos ou ineficiência e, por isso, houve um número muito maior de narrativas em forma de denúncias do que de efetivação dos direitos. Os estudantes tiveram muita dificuldade para associar os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) às suas produções narrativas, o que pode ter sido causado pela abordagem transversal realizada pela professora diante das condições que estavam dispostas.

A proposta de atividade foi realizada de modo transversal e, neste ponto, precisa ser melhorada, no sentido de tornar a educação em direitos humanos um assunto encarado diretamente, sem arroudeio, com a densidade necessária para envolver os estudantes. Assim, penso que uma proposta que aborda os Direitos Humanos de forma mais direta promoverá um maior esclarecimento e a familiaridade dos estudantes da educação básica com o assunto.

Atividades pedagógicas que facilitam aos alunos fazer de seu cotidiano objeto de análise sociológica podem melhorar inclusive o entendimento e a importância em conhecer os direitos humanos, por isso o estudo, a elaboração e o aprimoramento de materiais didáticos que proporcionam a estudantes da educação básica mais proximidade com tema podem proporcionar elementos de reflexão e maior incentivo à formação de um cidadão que reflete e entende quais são os direitos de todo ser humano.

### **Referências Bibliográficas**

ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, 11(2): 129-153, out. 1999 (editado em fev. 2000). Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v11n2/v11n2a08.pdf>>. Acesso em 26 mar 2021.

ALVES, José Augusto Lindgren. É preciso salvar os direitos humanos!. Lua Nova [online]. 2012, n.86, pp.51-88. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n86/a03.pdf>>. Acesso em 25 fev. 2021

BARBOSA, Ana Helena do Nascimento. “Se essa rua fosse minha” [livro eletrônico]: as crianças e suas narrativas verbais e visuais do bairro Vicent Pinzón / Ana Helena do Nascimento Barbosa. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2018. disponível em <<http://www.repositoriobib.ufc.br/000049/000049d7>>.pdf. Acesso em 12 fev. 2021.

BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em Direitos Humanos: de que se trata? Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos, São Paulo, 18/02/2000. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BENJAMIN, W. Obras escolhidas – magia e técnica, arte e política. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. Disponível em: <<https://psicanalisespolitica.files.wordpress.com/2014/10/obras-escolhidas-vol-1-magia-e-tc3a9cnica-arte-e-polc3adtica.pdf>>. Acesso em 14 mar. 2021.

BODART, Cristiano das Neves. Fotografia como recurso didático no ensino de sociologia. Em Tese. UFSC, Florianópolis, v. 12, n. 02, ago./dez., 2015, p. 81-102. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2015>>. Acesso em 18 mar. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Guia de livros didáticos: PNLD 2018: Sociologia. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/pnld-2018/>> Acesso em 16 set 2020.

\_\_\_\_\_. Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio volume 3) Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_03\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf)>. Acesso em 15 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf>>. Acesso em: 27 jan 2021.

BRUNETTA, Antonio Alberto (org.); BODART, Cristiano das Neves (org.); CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). Dicionário do Ensino de Sociologia. 1. ed. Macei—, AL: Editora Café com Sociologia, 2020. Disponível em: <[https://www.academia.edu/43825857/Dicion%C3%A1rio\\_do\\_Ensino\\_de\\_Sociologia](https://www.academia.edu/43825857/Dicion%C3%A1rio_do_Ensino_de_Sociologia)>. Acesso em 26 mar 2021.

FERNANDES, Angela Viana Machado; PALUDETO, Melina Casari. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. Cadernos CEDES, v. 30, n. 81, p. 233-249, 2010. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n81/a08v3081.pdf>>. Acesso em 12 mar. 2021.

FRANCO, Luiza. Mais da metade dos brasileiros acham que direitos humanos beneficiam quem não merece, diz pesquisa. BBC News Brasil, São Paulo, 11 agosto 2018'. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45138048>>. Acesso em 24 mar. 2021.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Enfrentamento da cultura do fracasso escolar: Reprovação, abandono e distorção idade-série. UNICEF: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ações Comunitárias, 2021. Disponível em:

<<https://www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MARTINS, J. de S. A imagem incomum: a fotografia dos atos de fé no Brasil. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 16, n. 45, p. 223-260, 2002. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9879>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

OLIVEIRA, Natália Braga de; CARNEIRO, Silzane de Almeida. A Educação em Direitos Humanos e a contribuição do Ensino de Sociologia para a ação emancipatória. In.: *Revista Perspectiva Sociológica*, n.o 20, 2o sem. 2017, pp. 66-77. Disponível em: <<https://cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/1475/1069>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SILVA, I. L. F; ALVES NETO, H. F; VICENTE, D. V. A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015, *Ciências Sociais Unisinos*, v.51, n.3, p. 330-342, set./dez., 2015. Disponível em: <[http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2015.51.3.10](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.10)>. Acesso em 20 out. 2020.